

Relatório da Administração - Exercício de 2023

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CNP CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O lucro líquido da Companhia, atingiu R\$ 105,6 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 31,9%. A receita em arrecadação de títulos de capitalização em 2023 foi de R\$ 557,6 milhões, ficando 33,7% inferior ao valor registrado em 2022 foi de R\$ 841,3 milhões. O resultado financeiro de 2023, de R\$ 196,5 milhões, ficou 95% superior ao resultado alcançado em 2022.

Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2023 totalizaram R\$ 2.550 milhões, indicando um decréscimo de 17,5% em relação ao valor alcançado em 2022, que foi de R\$ 3.092,3 milhões. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2023 atingiu o patamar de R\$ 394,2 milhões, ficando 47,6% superior ao período comparativo.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração,

por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Reestruturação Societária

Em 27.01.2023 a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação da Caixa Seguridade na CNP Participações em Seguros Ltda. "Nova Holding SUSEP", elevando de forma indireta sua participação para 51% na CNP Capitalização. Em 30.01.2023, a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação de 49% remanescente da ICATU Seguros S.A na CNP Capitalização, tendo suas ações transferidas para Nova Holding SUSEP, que passou a deter a integralidade da participação societária

na CNP Capitalização. Esta transação foi parte de um acordo global, celebrado entre os acionistas em 13.09.2022 por meio da assinatura de contrato de compra e venda de participações societárias entre as partes e está alinhada às orientações estratégicas da CNP Assurances no desenvolvimento estratégico da atividade de seguridade no Brasil.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.

Por fim, reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022		NOTA	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		768.840	2.048.759	CIRCULANTE		2.227.649	2.924.548
Disponível		2.835	2.546	Contas a pagar		120.304	54.086
Caixa e bancos		2.835	2.546	Obrigações a pagar	10,1	68.543	23.822
Aplicações	5	760.210	2.040.925	Impostos e encargos sociais a recolher		691	516
Crédito das operações de capitalização		1.105	—	Encargos trabalhistas		172	265
Crédito das operações de capitalização	6,1	1.105	—	Impostos e contribuições	10,2	45.821	22.457
Títulos e créditos a receber	6	3.294	2.216	Outras contas a pagar	10,3	5.077	7.026
Títulos e créditos a receber	6,1	2.468	1.524	Débitos de operações com capitalização		11.128	11.010
Créditos tributários e previdenciários	6,2	698	568	Débitos operacionais	10,4	11.128	11.010
Outros créditos		128	124	Depósitos de terceiros		11	411
Outros valores e bens		151	138	Provisões técnicas - capitalização		13	2.095.806
Outros valores		151	138	Provisão para resgates		2.060.147	2.813.231
Despesas antecipadas		167	106	Provisão para sorteio		20.385	29.760
Custos de aquisições diferidos	7	1.078	2.828	Provisão Administrativa		15.274	16.077
Capitalização		1.078	2.828	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		180.405	100.600
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.033.400	1.243.536	Outros débitos		180.405	100.600
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.032.236	1.242.168	Provisões judiciais	12	180.405	100.335
Aplicações	5	1.789.747	1.051.359	Débitos diversos		195	265
Títulos e créditos a receber		236.981	180.839	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14	394.186
Créditos tributários e previdenciários	6,2	25.397	56.857	Capital social	14,1	210.000	267.147
Depósitos judiciais e fiscais	12	211.584	123.982	Reservas de lucros	14,3	176.800	83.726
Custos de aquisição diferidos	7	5.508	9.970	Ajuste de avaliação patrimonial		7.386	(26.579)
Capitalização		5.508	9.970				
Investimentos		4	4				
Outros Investimentos		4	4				
Imobilizado	8	8	13				
Bens móveis		8	13				
Intangível	9	1.152	1.351				
Outros intangíveis		1.152	1.351				
TOTAL DO ATIVO		2.802.240	3.292.295	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.802.240	3.292.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita líquida com títulos de capitalização		31.228	52.101
Arrecadação com títulos de capitalização		557.600	841.322
Variação da provisão para resgate		(526.372)	(789.221)
Varição das provisões técnicas		803	65
Resultado com sorteio		(16.001)	(23.886)
Custos de aquisição	17.a	(18.907)	(29.947)
Outras receitas e despesas operacionais	17.b	36.292	48.790
Outras receitas operacionais		45.061	59.127
Outras despesas operacionais		(8.769)	(10.337)
Despesas administrativas	17.c	(46.838)	(44.967)
Pessoal próprio		(20.167)	(16.177)
Serviços de terceiros		(11.633)	(16.088)
Localização e funcionamento		(7.344)	(5.928)
Publicidade e propaganda		(6.929)	(6.176)
Publicações		(234)	(164)
Donativos e contribuições		(139)	(172)
Despesas administrativas diversas		(392)	(262)
Despesas com tributos	17.d	(4.488)	(5.837)
Resultado financeiro	17.e	196.534	100.812
Recalculadas financeiras		405.713	246.188
Despesas financeiras		(209.179)	(145.376)
Resultado operacional		178.623	97.131
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		4	182
Resultado antes dos impostos e participações		178.627	97.313
Imposto de renda	18	(43.180)	(24.272)
Contribuição social	18	(26.451)	(14.896)
Participações sobre o resultado		(3.443)	(685)
Lucro líquido do Exercício		105.553	57.460
Quantidade de ações		8.000	8.000
Lucro líquido por ação em R\$		13.194	7.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital		Reservas de		Ajustes de		Lucros		Total
	Social	Lucros	avaliação patrimonial	avaliação patrimonial	avaliação patrimonial	avaliação patrimonial	avaliação patrimonial	avaliação patrimonial	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	210.000	116.775	(81.935)	—	—	—	—	—	244.840
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2022	—	(76.600)	—	—	—	—	—	—	(76.600)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	—	—	55.356	—	—	—	—	—	55.356
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	57.460	—	57.460
Proposta de destinação do Resultado									
Reserva legal	—	1.825	—	—	—	—	(1.825)	—	—
Reserva de lucros	—	41.726	—	—	—	—	(41.726)	—	—
Dividendos (R\$ 1.738,60 por ação)	—	—	—	—	—	—	(13.909)	(13.909)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2022	210.000	83.726	(26.579)	—	—	—	—	—	267.147
Reversão de dividendos complementares: AGOE de 31.03.2023	—	13.909	—	—	—	—	—	—	13.909
Ajustes com títulos e valores mobiliários	—	—	33.965	—	—	—	—	—	33.965
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	105.553	—	105.553
Proposta de destinação do Resultado									
Reserva de lucros	—	79.165	—	—	—	—	(79.165)	—	—
Dividendos (R\$ 3.298,54 por ação)	—	—	—	—	—	—	(26.388)	(26.388)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	210.000	176.800	7.386	—	—	—	—	—	394.186

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
Lucro líquido do exercício	105.553	57.460
Outros lucros abrangentes	33.965	55.356
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	33.965	55.356
Ajustes de títulos e valores mobiliários	56.608	92.259
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(22.643)	(36.903)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	139.518	112.816

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do Exercício	105.553	57.460
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	659	(39)
Juros em passivos de arrendamento	10	83
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos por resgate antecipado	(44.643)	(58.523)
Custos de aquisição diferidos	6.212	12.276
Variação de provisões técnicas	(803)	(65)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	598.935	183.807
Créditos fiscais e previdenciários	5.469	156
Auto fiscal diferido	(1.708)	35.416
Depósitos judiciais e fiscais	(87.602)	181.005
Despesas antecipadas	(61)	2
Outros ativos	(1.335)	16.506
Impostos e contribuições	71.843	40.024
Outras contas a pagar	30.293	8.110
Débitos de operações com capitalização	(987)	174
Depósitos de terceiros	27	(364)
Provisões técnicas - capitalização	(717.815)	(118.313)
Provisões para contingências	79.875	(183.105)
Outros passivos	(168)	(26)
Caixa gerado pelas operações	43.755	174.585
Juros pagos	(5)	—
Juros recebidos	400	430
Imposto sobre o lucro pagos	(43.382)	(70.656)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	768	104.359
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela Compra:	(455)	(19)
Imobilizado	—	(5)
Intangível	(455)	(14)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(455)	(19)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	—	(102.133)
Pagamento de arrendamento	(25)	(222)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(25)	(102.355)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	289	1.885
Caixa e equivalentes de caixa no início do Exercício	2.546	561
Caixa e equivalentes de caixa no final do Exercício	2.835	2.546

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, através de comparação da projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, sendo a parcela de carregamento líquida das despesas de comercialização e todas as projeções efetuadas considerando um cenário de *run-off*.

2.7.1 Características dos Produtos

O quadro a seguir apresenta as modalidades, taxas de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2023:

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
CAP Ganhador PM72 (I)	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Vencedor	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
Cap Vencedor Único	PU	44,733%	0,16%
CAP Ganhador PU48 (I)	PU	12,1916%	0,35%
CAP Aluguel 15 meses 95 (I)	PU	9,80917%	0,35%
CAP Aluguel 12 meses 95 (I)	PU	10,50231%	0,50%
SuperXCAP (versão 2019) (I)	PM	1ª 85,6415% 2ª 86,4184% 3ª 85,4159% 4ª a 5ª 26,4184% Parcelas múltiplas de 3: 0,0583% Demais: 1,0608%	0,35%
Acoplados	Acoplados	Entre 11,1693% e 33,3185%	0,16%
Vintão da Sorte	PU	44,9428%	0,16%

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
CAP Ganhador PM72 (I)	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Vencedor	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
Cap Vencedor Único	PU	44,733%	0,16%
CAP Ganhador PU48 (I)	PU	12,1916%	0,35%
CAP Aluguel 15 meses 95 (I)	PU	9,80917%	0,35%
CAP Aluguel 12 meses 95 (I)	PU	10,50231%	0,50%
SuperXCAP (versão 2019) (I)	PM	1ª	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

← continuação

Produto	Modalidade	Taxas de carregamento	Taxas de juros
CAP Ganador PM72 (i)	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
CAP Vencedor	PM	1ª a 3ª 88,2905% 4ª a 17ª 28,2905% 18ª a 72ª 0,4687%	0,35%
Cap Vencedor Único	PU	44,4733%	0,16%
CAP Ganador PU48 (i)	PU	12,1916%	0,35%
CAP Aluguel 15 meses 95 (i)	PU	9,80917%	0,35%
CAP Aluguel 12 meses 95 (i)	PU	10,50231%	0,50%
SuperXCap (versão 2019) (i)	PM	1ª 85,6415% 2ª 86,4184% 3ª 85,4159% 4ª a 5ª 26,4184% A partir da 6ª Parcelas múltiplas de 3: 0,0583% Demais: 1,0608%	0,35%
Acoplados	Acoplados	Entre 11,1693% e 33,3185%	0,16%
Vintão da Sorte	PU	44,9428%	0,16%

(i) Produtos em runoff.

2.8 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou aqueles definidos em leis específicas. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

2.9 Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, são aqueles pagos pelas vendas realizadas nos parceiros, e que possuem uma relação direta e incremental com a emissão dos títulos de capitalização. Os demais custos de aquisição que não possuem essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de vigência do título e seu prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2023 foi de 71 meses (31 de dezembro de 2022 - 69 meses).

2.10 Outros provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC), quando a Companhia identifica possibilidade de impacto futuro no resultado.

2.11 Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - de 20 a 50 % a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela companhia é de 20% a.a.

2.12 Apuração do resultado

As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.

Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 101º à Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações subsequentes, a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão. As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de 5 anos após esta data. Destacamos que mesmo a legislação informando o prazo de 5 anos, a CNP Capitalização aguarda o prazo de 6 anos para prescrição e ainda assim, caso o cliente questione o valor após esse prazo estendido, o valor é disponibilizado.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais provisões e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14 Plano de previdência

A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previmes*) contratado junto à Caixa Vida e Previdência S.A. O *Previmes* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 81 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 168).

2.15 Norma emitida ainda não em vigor

A nova norma e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

Circular SUSEP nº 678

A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temo reformulação nas Demonstrações de Resultados e mudança no fato gerador da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de Capitalização, além da aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo estas alterações vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou e entendemos que não configura em mudanças com um novo método ou critério contábil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 - Provisões técnicas; e
Nota 12 - Provisões judiciais

4. Gestão de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.926, de 24/06/2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros; à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1 Estrutura de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das coberturas prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.2 Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento numa relação de 1,16 para 1. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "Valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2023		
	Até 1 ano	Até 5 anos	Total
Valor justo por meio do resultado	224.156	—	224.156
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	536.054	1.789.747	2.325.801
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	2.596	—	2.596
Caixa e bancos	2.835	—	2.835
Total dos ativos financeiros (i)	765.641	1.789.747	2.555.388
Passivos financeiros - capitalização (ii)	778.493	1.317.313	2.095.806
Passivos financeiros	131.843	5.119	136.962
Total dos passivos financeiros	910.336	1.322.432	2.232.768

(i) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(ii) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates a pagar e das provisões matemáticas com base numa visão de fluxo de caixa futuro que considera o esgotamento da provisão.

4.3 Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacional, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa.
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva.
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles.
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle.
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os managers, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa.
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos.

Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4 Base de mercado

4.4.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

4.4.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.427 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 4.523).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco trimestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

4.5 Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*:

	31/12/2023		31/12/2022	
	BB	Sem Rating	BB	Sem Rating
Valor justo por meio do resultado	224.156	224.156	16.695	3.677
Fundos	—	224.156	—	3.688
Operação comprometida (i)	—	—	16.695	—
Outros	—	—	—	(11)
Disponível para venda	2.325.801	2.325.801	3.071.912	3.071.912
Letras financeiras do tesouro	824.883	824.883	—	—
Letras do tesouro nacional	389.776	389.776	2.707.313	—
Notas do tesouro nacional	1.111.142	1.111.142	364.599	—
Títulos e créditos a receber	2.596	2.596	1.648	1.648
Exposição máxima ao risco de crédito	2.325.801	226.752	2.552.553	3.088.607

(i) O lastro total é em título público federal.

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
Valor justo por meio do resultado	224.156	224.156	20.372	20.372	224.156	—	8,79%
Fundos de investimento não exclusivo	224.156	224.156	3.688	3.688	224.156	—	8,79%
Operações comprometidas	—	—	16.695	16.695	—	—	0,00%
Outros valores	—	—	(11)	(11)	—	—	0,00%
Disponível para venda	2.325.801	2.313.492	3.071.912	3.116.211	536.054	1.789.747	91,21%
Letras financeiras do tesouro	824.883	824.884	2.707.313	2.746.800	146.278	678.605	32,35%
Letras do tesouro nacional	389.776	389.776	364.599	369.411	—	—	15,22%
Notas do tesouro nacional	1.111.142	1.099.236	3.071.912	3.116.211	—	1.111.142	43,57%
Total	2.549.957	2.537.648	3.092.284	3.138.583	224.156	536.054	100%

5.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/20	
--	----------	--

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

7. Custos de aquisições diferidos		31/12/2023		31/12/2022					
A composição dos custos de aquisições diferidos pode ser resumida como segue:									
Aquisição Balcão		5.392		9.721					
Aquisição Indicador (i)		1.194		3.077					
Total		6.586		12.798					
(i) O período de vigência do título e seu prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2023 foi de 71 meses (31 de dezembro de 2022 - 69 meses).									
8. Imobilizado		31/12/2023		31/12/2022					
O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:									
		Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Saldo final				
Equipamentos	20 a 50	3	–	(3)	–				
Móveis, máquinas e utensílios	10	10	–	(2)	8				
Total		13		(5)	8				
		Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Saldo final				
Equipamentos	2 a 5	1	–	(3)	–				
Móveis, máquinas e utensílios	10	12	–	(2)	10				
Total		13		5	13				
9. Intangível		31/12/2023		31/12/2022					
A composição do ativo intangível está composta da seguinte forma:									
		Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Amortização	Saldo final			
Marcas e patentes (i)		41	–	–	–	41			
Sistemas aplicativos	20	3	–	–	(2)	1			
Sistemas de computação	20	1.290	–	–	(652)	734			
Sistemas de computação em desenvolvimento (ii)		17	455	(96)	–	376			
Total		1.351	455		(654)	1.152			
		Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Amortização	Saldo final			
Marcas e patentes (i)		41	–	–	–	41			
Sistemas aplicativos	5	5	–	–	(2)	3			
Sistemas de computação	5	1.931	–	–	(641)	1.290			
Sistemas de computação em desenvolvimento (ii)	–	3	14	–	–	17			
Total		1.980	14		(643)	1.351			
(i) Marcas e patentes não são amortizadas; (ii) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.									
10. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar		31/12/2023		31/12/2022					
10.1 Obrigações a pagar									
A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:									
		31/12/2023	31/12/2022						
Fornecedores		157	298						
Dividendos		26.388	13.909						
Honorários e remunerações a Pagar		237	309						
Ressarcimento de custos a pagar (nota 16)		41.440	9.014						
Obrigações a pagar Previsul (nota 16)		147	116						
Outras obrigações a pagar		–	–						
Total		68.543	23.822						
10.2 Impostos e contribuições									
A composição de impostos e contribuições, é a seguinte:									
		31/12/2023	31/12/2022						
IRPJ e CSLL a recolher		45.589	22.311						
PIS e COFINS a recolher		232	148						
Total		45.821	22.457						
10.3 Outras contas a pagar									
A composição de outras contas a pagar, é a seguinte:									
		31/12/2023	31/12/2022						
Contas a pagar (i)		4.820	6.751						
Fornecedores		17	25						
Outras obrigações a pagar		240	250						
Total		5.077	7.026						
(i) Refere substancialmente a contas a pagar de fornecedores em aberto, sendo que o pagamento é finalizado no início do mês subsequente.									
10.4 Débitos operacionais									
A composição de débitos operacionais é a seguinte:									
		31/12/2023	31/12/2022						
Mensalidades a devolver		1.147	1.141						
Comissões a pagar		9.974	9.869						
Arrendamento de balcão		7	–						
Total		11.128	11.010						
11. Depósitos de terceiros		31/12/2023		31/12/2022					
A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:									
		Depósito de terceiros	Outros depósitos	Depósito de terceiros	Outros depósitos				
De 1 a 30 dias	136	–	136	23	–				
De 31 a 60 dias	2	–	2	–	–				
De 61 a 120 dias	7	–	7	–	–				
De 121 a 180 dias	17	–	17	3	–				
De 181 a 365 dias	45	–	45	10	–				
Acima de 365 dias	298	113	204	87	257				
Total	495	113	411	127	344				
São valores pendentes de baixa de mensalidade; quitação de mensalidade, pagamentos após resgate, entre outros.									
12. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais		31/12/2023		31/12/2022					
A composição em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrada da seguinte:									
		Depósitos judiciais	Provisões judiciais	Depósitos judiciais	Provisões judiciais				
Contingências cíveis		60	38	757	1.465				
Contingências trabalhistas		343	303	350	314				
Contingências fiscais		4.636	1.998	–	–				
Obrigações legais - fiscal (i)		206.545	121.743	179.103	98.556				
Total		211.584	123.982	180.210	100.335				
(i) Em 2023, a Companhia efetuou o reconhecimento da atualização para os depósitos e provisões judiciais, efetuando o reconhecimento tanto para os saldos ativos como passivos, que até então estavam registrados pelos valores históricos.									
As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.									
Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.									
As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se substancialmente a discussões de:									
(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repressivo do STF (re 400.479/rj - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 129.080 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 63.734).									
(ii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Período de 09/2015 a 12/2019 - O valor em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 50.013 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 34.812).									
Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:									
(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repressivo do STF (re 400.479/rj - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. O valor em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 129.080 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 63.734).									
(ii) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os débitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito. O processo encontra-se parado aguardando a aplicação da modulação do STF na ação da empresa. O valor em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.188 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.188).									
12.1 Segregação em função da probabilidade de perda		31/12/2023		31/12/2022					
		Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total			
Cíveis		284	1.167	439	757	2.363			
Trabalhistas		52	1.476	1.019	350	2.845			
Natureza fiscal - Obrigações legais		3	–	–	179.103	179.103			
Natureza fiscal - Contingências		4	–	1.921	–	1.921			
Total		343	2.643	3.379	180.210	186.232			
		Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total			
Cíveis		330	998	499	1.465	2.963			
Trabalhistas		59	1.390	1.262	314	2.966			
Natureza fiscal - Obrigações legais		–	–	–	98.556	98.556			
Natureza fiscal - Contingências		–	–	1.919	–	1.919			
Total		389	2.388	3.680	100.335	106.404			
12.2 Movimentação das contingências		31/12/2022		31/12/2023					
		Saldo	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo		
Contingências cíveis		1.465	157	(1.044)	(54)	233	757		
Contingências trabalhistas		314	–	–	–	36	350		
Natureza fiscal - Obrigações legais		98.556	–	–	–	80.547	179.103		
Total		100.335	157	(1.044)	(54)	80.816	180.210		
		Saldo	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo		
Contingências cíveis		1.589	275	(574)	(7)	182	1.465		
Contingências trabalhistas		450	–	(170)	–	34	314		
Natureza fiscal - Obrigações legais		280.994	–	–	(182.438)	–	98.556		
Outras obrigações		407	–	(407)	–	–	–		
Total		283.440	275	(1.151)	(182.445)	216	100.335		
13. Provisões técnicas		31/12/2023		31/12/2022					
13.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas									
		Matemática	De resgates	Subtotal	a Realizar	a pagar	Subtotal	Provisões	Total
Movimentação das Provisões Matemáticas		2.199.641	613.590	2.813.231	22.677	7.083	16.077	2.859.068	16.077
Saldos em 31/12/2022		527.660	–	527.660	16.798	25.678	42.476	192.277	762.413
Constituição de provisão		(355)	(1.338)	(1.693)	(26.639)	–	(26.639)	(193.080)	(221.412)
Cancelamento de títulos/reversão provisão		113.438	10.979	124.417	547	–	–	125.102	–
Encargos financeiros sobre provisões		(391.977)	391.977	–	–	–	–	–	–
Solicitações de resgates antecipados		–	(28.120)	(28.120)	–	–	(277)	(277)	–
Prescrição de títulos		(1.034.423)	1.034.423	–	–	–	–	–	–
Vencimento de títulos		2.630	(2.630)	–	–	–	–	–	–
Reativação de títulos		–	–	–	–	–	–	–	–
Revenda de Títulos		–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos efetuados		–	(1.359.436)	(1.359.436)	–	(25.620)	(25.620)	(1,385,056)	(15,912)
Outras movimentações de provisões		–	(15.912)	(15,912)	–	–	–	(15,912)	–
Saldos em 31/12/2023		1.416.614	643.533	2.060.147	13.383	7.002	20.385	15.274	2.095.806
		Matemática	De resgates	Subtotal	a Realizar	a pagar	Subtotal	Provisões	Total
Movimentação das Provisões Matemáticas		2.393.867	588.478	2.982.345	30.069	7.412	16.142	3,035,968	16,142
Saldos em 01/01/2022		789.911	–	789.911	24.326	31.693	56.019	174.299	1,020,229
Constituição de provisão		(420)	(1,893)	(2,313)	(32,408)	–	(32,408)	(209,085)	(241,493)
Cancelamento de títulos/reversão provisão		130,323	10,122	140,445	690	104	794	–	141,239
Encargos financeiros sobre provisões		(523,486)	523,486	–	–	–	–	–	–
Solicitações de resgates antecipados		–	(36,776)	(36,776)	–	(573)	(573)	(37,349)	(37,349)
Prescrição de títulos		(593,166)	593,166	–	–	–	–	–	–
Vencimento de títulos		2,612	(2,600)	12	–	–	–	–	12
Reativação de títulos		–	–	–	–	–	–	–	–
Revenda de Títulos		–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos efetuados		–	(1,040,216)	(1,040,216)	–	(31,553)	(31,553)	(1,071,769)	(1,103,322)
Outras movimentações de provisões		–	(20,172)	(20,172)	–	–	–	–	(20,172)
Saldos em 31/12/2022		2,199,641	613,590	2,813,231	22,677	7,083	29,760	16,077	2,859,068
Diretoria Executiva		Contadora		Atuário					
François Dominique Philippe Tritz Diretor Presidente		Fernando Gonçalves de Moraes Diretor Financeiro		Luciene Rocha Batista CRC SP-26537/O-7 "T" SP					
				Gabriel Porto Montenegro Henriques Atuário MIBA nº 2978					
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria									
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023									
O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário, instalado na CNP Participações em Seguros Ltda. e com atuação sobre as suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., reportando-se diretamente à Reunião de Sócios da Sociedade. É composto por três membros, eleitos pela Reunião de Sócios, para mandato de cinco anos.									
Principais Atividades									
Considerando a reestruturação da Companhia no final de 2022 e a transição entre o Comitê de Auditoria que anteriormente abrangia as Companhias e o atualmente constituído, com vistas a cumprir suas atribuições, o Comitê realizou reuniões referentes ao exercício de 2023, que contaram com a participação de diretores das empresas da CNP Seguradora, CNP Seguros Holding Brasil e representantes da CNP Assurances Latam Holding Ltda., dos representantes da empresa de auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, regulatório e financeiro.									
No decorrer do exercício de 2023, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisão									
as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2023, das duas empresas.									
1.1 Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:									
• Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;									
• Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;									
• Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;									
• Avaliou como satisfatórios os planos de ação para a melhoria do sistema de controles internos.									
• Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem									
colocar em risco a continuidade do negócio; e									
• Constatou que as práticas contábeis relevantes utilizadas pelas empresas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.									
• Considerando todo o exposto, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras.									
Brasília, 27 de fevereiro de 2024									
Gregoire Laurent Saint Gal de Pons Coordenador do Comitê de Auditoria									
Roberto Westenberger Membro do Comitê de Auditoria									
Manuel Luiz da Silva Araújo Membro do Comitê de Auditoria									
Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda			
31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022			
175.184		175.184		96.628		96.628			
175.184		175.184		96.628		96.628			
25,00%		25,00%		16,00%		25,00%			
(26,278)		(43,796)		(15,460)					

CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, quarta-feira, 28 de fevereiro de 2024



CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 01.599.296/0001-71

Parecer dos Atuários Independentes

★ continuação

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Capitalização S.A.

Brasília - DF

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da CNP Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da CNP Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e

dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da CNP Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da CNP Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 27 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel

Atuário MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

CNP Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	2.095.806
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	31/12/2023
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	42.935
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	42.935
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)	377.422
Ajustes Econômicos do PLA	27.227
Exigência de Capital (CMR) (b)	42.935
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	334.488
Ativos Garantidores (d)	2.540.745
Total a ser Coberto (e)	2.095.806
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	444.939

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

CNP Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CNP Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das Provisões para resgates	Como auditoria endereçou esse assunto
Principal assunto de auditoria	
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 13, a Companhia possui registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 provisões para resgates que são mensuradas conforme metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: i) Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo: (i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates; ii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados, com os respectivos comprovantes de liquidação financeira; iii) envolvimento dos especialistas atuariais para o recálculo das provisões para resgates, conforme as condições gerais do produto, bem como da respectiva incidência de juros e atualização monetária; iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.

2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos

Contadora CRC SP - 246031/O-8